

## A DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO DO ESTADO DO AMAZONAS E SEUS PROBLEMAS

ANTONIO ROCHA PENTEADO

O Estado do Amazonas, com seus 1.558.987 km<sup>2</sup>, é não somente o maior Estado do Brasil, pois que dele ocupa cerca de 18% de sua superfície, como também a maior unidade político-administrativa do norte brasileiro, do qual corresponde a mais de 43% da área.

Trata-se de um Estado interior, tal como o Acre, Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso, mas com a vantagem de estar em franca comunicação com o Atlântico, graças ao volumoso rio Amazonas que drena a parte mais habitada dessa unidade da Federação.

A maior parte de suas terras é constituída por áreas planálticas; ao norte, junto a Roraima, Venezuela e Colômbia, se encontra o *Planalto das Guianias*, formado por rochas pré-cambrianas fortemente erodidas, a ponto de ter seus divisores d'água tão rebaixados, que as bacias hidrográficas do Orinoco e do Amazonas se uniram pelo Canal do Cassequiari. Somente alguns poucos monadnocks restam para atestar a ação erosiva sofrida pelo velho escudo das Guianias: localizados ao longo do vale do rio Negro lá estão, entre outros, a Pedra do Cucuí, a Serra Barão de Cabo Frio, e o Cêrro Tunui. Nessas elevações, a altitude atinge mais de 300 m, enquanto que nos altos picos recém-descobertos, junto às fronteiras setentrionais do Estado do Amazonas, as altitudes chegam a mais de 3.000 m (no Pico da Neblina e no Pico 31 de Março).

Na parte sul do Estado do Amazonas, ultrapassadas as cachoeiras dos afluentes do rio-mar, situa-se o segundo planalto formado por velhas estruturas: trata-se do *Planalto Sul-Amazônico*, constituído por rochas pré-cambrianas e por sedimentos mesozóicos, dando origem a superfícies aplainadas e a colinas tabuliformes que irão se prolongar pelo Brasil Central.

Tôda a região está situada entre 250-350 m de altitude e as superfícies niveladas dos chapadões vão-se tornando mais altas, quanto mais nos dirigimos para o Sul, em direção ao Acre, Rondônia e Mato Grosso.

Entre os dois planaltos citados, situa-se o terceiro planalto, o mais importante pela extensão que ocupa em relação à área do Estado do Amazonas: o *Planalto Sedimentar Amazônico*, constituído por rochas sedimentares cenozóicas, em sua parte superficial e também por sedimentos mesozóicos em suas profundezas, conforme já revelaram as poucas perfurações nêle realizadas. Os sedimentos cenozóicos, modelados pelos agentes de erosão sub-aérea, deram origem a interflúvios de tópo aplainado, com vertentes muito escarpadas, colocando-se, altimètricamente, entre 80 e 250 metros, em vários níveis escalonados, numa topografia de "montanha-russa", que as recém-abertas rodovias não cansam de nos mostrar. No seu conjunto, o Planalto Sedimentar Amazônico é uma área enxuta, inteiramente livre, portanto, de qualquer tipo de enchente ou inundação, fato de grande importância para a colonização e povoamento do grande Estado brasileiro.

Dentro dêle, embutido por encaixamento, está a quarta região estrutural-morfológica do Amazonas: a *Planície de Inundação*, formada por sedimentos quaternários (pleistocênicos e holocênicos), ocupando apenas uma pequena parte da área total do Amazonas. Essa planície, constituída pelas várzeas do Amazonas e de seus afluentes não chega a corresponder a 2% da superfície do Estado; nela, as enchentes anuais e a inundação (no sentido amazônico, grande cheia) são fenômenos que afligem ponderada parcela da população atual do Amazonas, por ter sido o aparelho hidrográfico a grande via de penetração leste-oeste da região, à margem do qual se concentrou quase todo o esforço de colonização. Nela, ainda restam livres das enchentes trechos dos diques marginais dos grandes rios e os têsos, terraços pleistocênicos de altitude variada, mas que raramente são maiores que 20 m e que por serem áreas livres das enchentes possuem um valor inestimável como pontos de concentração de povoamento.

Sem desejar entrar em pormenores sôbre os demais característicos das paisagens naturais do Amazonas, parece-nos de grande importância para o estudo da repartição das densidades de população do Estado, bem como de sua população absoluta, o reconhecimento daquelas quatro citadas unidades estruturais-morfológicas, uma vez que elas têm atuado, poderosamente, sôbre a fixação do homem à terra e êste teve quase tôda a sua história de ocupação do território amazônico alicerçada numa hidrofilia plenamente justificável, pelas condições e pelos meios que possuía como colonizador de uma área inteiramente marginalizada, em relação ao processo de povoamento que se desenrolava no Brasil.

*A população do Estado do Amazonas em 1960 e sua distribuição.* — A população do Estado do Amazonas pouco significava em relação à população brasileira recenseada em 1960; os 18% da superfície do Estado em relação à do Brasil, superavam, de muito, os números confrontantes da

situação demográfica, que pouco ultrapassara o índice 1%, no mesmo relacionamento.

Apenas o município de Manaus possuía mais de 43.000 hab. e tinha uma densidade demográfica superior a 7 hab/km<sup>2</sup>; a grande maioria dos 44 municípios existentes no Amazonas não tinha mais de 18.000 hab. e nêles, as densidades de população eram geralmente inferiores a 0,80 hab/km<sup>2</sup>. O estudo atento dos cartogramas anexos nos mostra êsse fato logo à primeira vista; por êles se nota a importância do eixo representado pelo rio Amazonas, de Coari a Parintins e, mais especificamente de Manaus a Parintins (municípios de Manaus, Careiro, Autazes, Itacoatiara, Urucurituba, Barreirinha e Parintins).

Êsse trecho do Estado do Amazonas possuía, em 1960, municípios com as seguintes densidades demográficas:

Manaus .....	12,28 hab/km <sup>2</sup>
Careiro .....	3,92 " "
Autazes .....	2,63 " "
Itacoatiara .....	3,81 " "
Urucurituba .....	2,76 " "
Barreirinha .....	1,37 " "
Parintins .....	6,24 " "

São municípios com uma população rural importante, pois, somente em Manaus é que a população urbana superava a rural; mesmo em Itacoatiara e Parintins, centros mais populosos do interior do Estado, a população rural ultrapassa a urbana, sendo cêrca de duas vêzes maior. Dessa forma, as densidades de população acima referidas possuem um inegável interêsse por se aproximarem muito mais da realidade, do que comumente acontece em outras áreas do Brasil; naturalmente, os dados referentes ao município de Manaus fogem à regra geral, já que no Estado do Amazonas, em 1960, a população rural sobrepujava a população urbana de modo insofismável, muito embora os dados globais referentes ao Estado estejam disfarçados pela presença da população urbana de Manaus (152.432 hab. em 1960, para um total geral de 714.744 hab. em todo o Estado do Amazonas).

Por isso, os cartogramas referentes, tanto à população absoluta como à relativa, nos mostram o grande vazio representado pelo oeste, noroeste, sudoeste e até mesmo pelo sul do Estado; somente num ou noutro município, a população e as densidades se tornam mais expressivas, como em Bôca do Acre, Manicoré, Borba, São Paulo de Olivença e Fonte Boa, no que diz respeito à população absoluta, sempre superior a 12.000 hab. em todos êles. Mas, já no que se refere às densidades de população, muitos dos citados municípios se colocam em posição de marcada inferioridade, por não atingirem o índice de 0,20 hab/km<sup>2</sup>: assim eram, entre outros, os municípios de Ataláia do Norte (no extremo oeste, com densidade de-

mográfica igual a 0,07); Jutai (com 0,04), Tapauá (0,12), Borba (0,20) e Nôvo Aripuanã (0,11), todos ao sul do Amazonas; Uaupés (0,16), Ilha Grande (0,06), Barcelos (0,10), Airão (0,10), Urucará (0,13) e Itapiranga (0,17), todos ao norte do Estado.

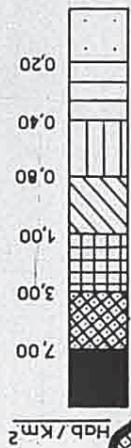
Essa pequena expressão demográfica poderia ser conseqüência do exagerado tamanho de alguns dos municípios citados; realmente, muitos dêles possuem mais de 50.000 km<sup>2</sup> da superfície, o que equivale dizer, que são maiores do que os Estados de Sergipe e Alagoas reunidos, conforme se nota pelos dados seguintes:

<i>Municípios</i>	<i>Superfície (km<sup>2</sup>)</i>
Ataláia do Norte .....	73.088
Jutai .....	36.610
Tapauá .....	66.077
Borba .....	97.517
Nôvo Aripuanã .....	58.254
Uaupés .....	88.580
Ilha Grande .....	75.453
Barcelos .....	122.429
Airão .....	50.936
Urucará .....	38.751
Itapiranga .....	13.303

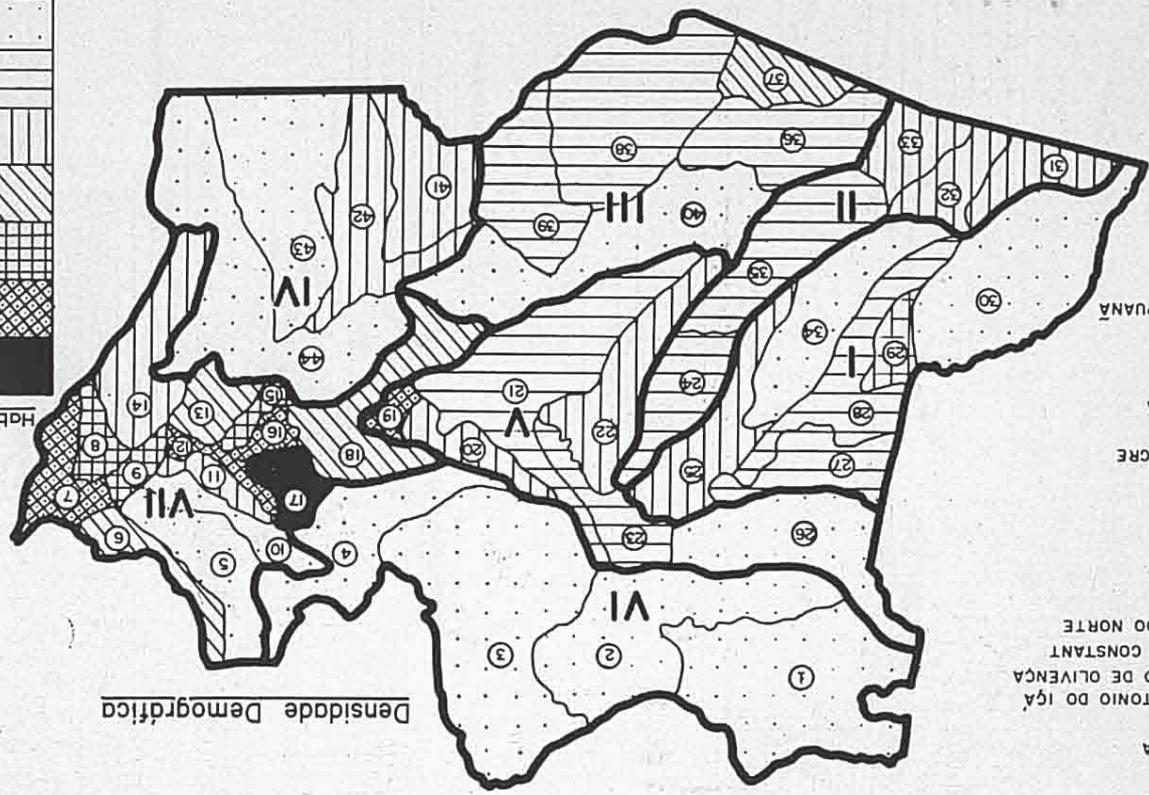
A soma das áreas dêses municípios corresponde a quase 50% da área total do Estado do Amazonas, o que significa que êles são, realmente, municípios muito extensos. Mas, por outro lado, a população absoluta de cada um dêles é também bastante diminuta, o que explica que o total da mesma pouco ultrapasse 2% da população do Estado.

È o que se verifica, facilmente, pelos seguintes informes:

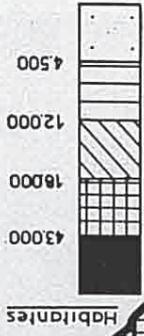
<i>Municípios</i>	<i>População (em 1960)</i>
Ataláia do Norte ....	5.096
Jutai .....	1.485
Tapauá .....	7.951
Borba .....	16.694
Nôvo Aripuanã .....	6.314
Uaupés .....	13.948
Ilha Grande .....	4.212
Barcelos .....	12.060
Airão .....	4.990
Urucará .....	5.104
Itapiranga .....	2213



Densidade Demográfica



- 44 - BORBA
- 43 - NOVO ARIQUANA
- 42 - MANICORÉ
- 41 - HUMAITÁ
- 40 - TAPAUÁ
- 39 - CANUTAMA
- 38 - LABREA
- 37 - BOCA DO ACRE
- 36 - PAUINI
- 35 - CARAUARI
- 34 - JUTAI
- 33 - ENVIRA
- 32 - EIRUNPE
- 31 - IPIXUNA
- 30 - ATALÁIA DO NORTE
- 29 - BENJAMIN CONSTANT
- 28 - SÃO PAULO DE OLIVENÇA
- 27 - SANTO ANTONIO DO IGÁ
- 26 - JAPURÁ
- 25 - FONTE BOA
- 24 - JURUÁ
- 23 - MARAÁ
- 22 - TEFÉ
- 21 - COARI
- 20 - CODAJAS
- 19 - ANORI
- 18 - MANACAPURU
- 17 - MANAUS



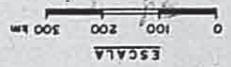
Distribuição da População

- I - Solimões Javari
- II - Jurud
- III - Purus
- IV - Madeira
- V - Solimões-Tefé
- VI - Rio Negro
- VII - Médio-Amazonas

REGIÕES HOMOGÊNEAS

ESTADO DO AMAZONAS

- 1960 -



MUNICÍPIOS

- 1 - UAPÉS
- 2 - ILHA GRANDE
- 3 - BARCELOS
- 4 - AIRÃO
- 5 - URUCARÁ
- 6 - NHAMUNDA
- 7 - PARINTINS
- 8 - BARREIRINHA
- 9 - URUCURITUBA
- 10 - ITAPIRANGA
- 11 - SILVES
- 12 - ITACOATIARA
- 13 - NOVA OLINDA DO NORTE
- 14 - MAUES
- 15 - AUTAZES
- 16 - CAREIRO

As condições naturais desses municípios em nada impedem seus respectivos desenvolvimentos demográficos; a falta de mão-de-obra, decorrente da pequenez do contingente populacional, é apenas uma das conseqüências a que ficam sujeitos êstes municípios amazonenses. São áreas em grande parte vazias, à espera de povoamento efetivo, de colonização, no sentido mais amplo do termo. O que nelas existe ocupado pelo homem, além das pequenas aglomerações de caráter semi-urbanos que servem de sedes aos municípios, não passa de pontos isolados, dispostos ao longo dos rios e igarapés, numa dispersão ordenada do *habitat*, quase que inteiramente subordinada às vias líquidas, que são, na verdade, as vias de circulação regional e sub-regional. Poucas são as áreas de povoamento efetivo que se acham a mais de 10 km de distância das hidrovias; a procura dos rios fez das várzeas, dos têsos e dos diques marginais, o *habitat* preferido pelo homem do Amazonas; raras são as exceções, onde caminhos, ainda que vicinais, cruzem os divisores d'água, pois é sabido que os interflúvios são, na sua maior parte, inteiramente desconhecidos.

Por isso, a divisão do Estado do Amazonas em regiões homogêneas é baseada em bacias hidrográficas, como indicam os respectivos nomes: Solimões-Javari, Juruá, Purus, Madeira, Rio Negro, Solimões-Tefé e Médio Amazonas. Mas, mesmo assim, como se nota pelos cartogramas demográficos, as regiões homogêneas não se caracterizam pela particularidade, expressa por seus nomes, de falta de heterogeneidade, mas sim, muito mais, por se constituírem em uma divisão setorial do grande Estado.

Segundo os dados do censo de 1960, os traços essenciais das regiões homogêneas do Estado do Amazonas eram as seguintes:

<i>Regiões</i>	<i>Área (km<sup>2</sup>)</i>	<i>População urbana</i>	<i>População rural</i>	<i>População Total</i>	<i>Dens. (hab/km<sup>2</sup>)</i>
Solimões-Javari .	215.312	8.524	47.942	56.466	0,26
Juruá .....	132.337	4.839	47.087	51.926	0,39
Purus .....	222.216	7.046	52.266	59.312	0,27
Madeira .....	229.518	6.666	52.918	59.584	0,26
Rio Negro .....	337.398	3.850	31.360	35.210	0,10
Solimões-Tefé ...	206.296	17.135	50.196	67.331	0,33
Médio Amazonas .	215.910	188.594	196.351	384.945	1,78

Êsses diferentes setores do Estado do Amazonas, desenvolvidos em torno de um eixo hidroviário, notabilizavam-se pelo reduzido efetivo humano que possuíam, pela pouca expressão de suas populações urbanas e pelas inexpressivas densidades de população. Eram êles, de certa forma, setores com áreas que se situavam em torno de 200.000 km<sup>2</sup>; somente a chamada região do Rio Negro e a do Juruá fugiam àquela característica.

Mas a sua distribuição pelo território do Amazonas acabou por retratar não uma divisão regional razoável, mas um conjunto de regiões muitas vezes pouco diferenciáveis entre si, pela falta de individualidade das chamadas "regiões", elemento capaz de dar personalidade a cada uma delas e, ao mesmo tempo, básico, para que se tornasse possível distinguir uma região das que lhe são contíguas. Daí, um marcante artificialismo na divisão regional proposta para o Estado do Amazonas; nela se confundem regiões inconfundíveis como é, por exemplo, o trecho norte do Estado; nela também se identifica com certa propriedade, uma região chamada Médio-Amazonas, que contém, todavia, municípios não inteiramente "médio-amazonenses". Fatos idênticos ocorreram com as chamadas regiões do Purus, do Madeira e parte do Juruá, nas quais vastas porções de terras desses vales foram colocadas nas regiões imediatamente situadas ao norte das mesmas.

Deixando de lado qualquer outra crítica que se possa fazer e levando em conta, tão somente, a divisão regional proposta pelo Instituto Brasileiro de Geografia, é evidente que a única região que oferece boas possibilidades de desenvolvimento é a chamada Médio-Amazonas, principalmente se nos restringirmos ao estudo do crescimento demográfico, à base de taxas de crescimento e suas respectivas projeções.

*As estimativas de 1968 e as previsões para 1988.* — As estimativas populacionais para 1968 não apresentavam números muito promissores; com efeito, a população do Estado ainda não devia ter atingido a casa de um milhão de habitantes e, assim sendo, a densidade demográfica do Amazonas ainda permanecia longe daquele índice.

Possui, por isso, grande expressão o quadro seguinte:

*População Estimada do Estado do Amazonas*

1968

<i>Regiões</i>	<i>População total</i>	<i>Densidade demográfica (hab/km<sup>2</sup>)</i>
Solimões-Javari .....	69.609	0,32
Juruá .....	63.671	0,48
Purus .....	71.323	0,32
Madeira .....	66.591	0,29
Rio Negro .....	50.529	0,15
Solimões-Tefé .....	83.694	0,40
Médio-Amazonas .....	525.917	2,44
ESTADO DO AMAZONAS	931.424	0,60

O que se nota, comparando-se a situação estimada para 1968 com a existente em 1960, somente no que diz respeito à população e densidades demográficas, é que há uma lenta progressão, que no caso de certas regiões do Estado chega a ser quase imperceptível.

É evidente que não nos devemos deixar enganar pelo aparente crescimento do efetivo humano da região Médio-Amazonas; ele existe sem dúvida, mas mesmo assim, não foi suficiente para elevar acima de 2,50 o índice da densidade demográfica respectiva. Os 525.917 que nela deveriam existir em 1968, constituíram, por outro lado, mais da metade dos habitantes do Amazonas; se o fenômeno se acentuar, iremos assistir à macrocefalia dessa região o que, por certo, não deverá trazer vantagens imediatas para o Estado.

O estudo do comportamento do fenômeno, na escala municipal e nos quadros rurais e urbanos do Amazonas, nos leva às mesmas conclusões. Em seis regiões, a população rural predomina — até com certa expressão —, sobre a urbana; mas, na chamada região do Médio-Amazonas, invertem-se as posições, ou seja, segundo as estimativas para 1968, nessa região haveria uma população urbana maior que a respectiva população rural, fato compreensível pela presença de Manaus, mas, por si só, incapaz de gerar novas condições de desenvolvimento. Ao contrário, representa tal situação uma anomalia a corrigir pelos poderes públicos competentes, que para tanto possuem as condições necessárias.

Também é significativa essa distribuição rural-urbana da população pelas diferentes regiões do Amazonas, como se vê pelo quadro a seguir colocado:

*População estimada (1968)*

<i>Regiões</i>	<i>População urbana</i>	<i>População rural</i>
Solimões-Javari .....	11.397	58.212
Juruá .....	7.872	55.889
Purus .....	10.671	60.652
Madeira .....	8.656	57.935
Rio Negro .....	6.068	44.461
Solimões-Tefé .....	24.262	59.432
Médio-Amazonas .....	288.211	237.706
Estado do Amazonas ..	357.137	574.287

Como se nota, são pouco expressivas, do ponto de vista numérico, as populações das regiões; mais do que isso, quantitativamente, as populações urbanas de três regiões são inferiores a 10.000 pessoas e nelas a população rural não atinge 60.000 habitantes. São quase 700.000 km<sup>2</sup> do território

nacional e se aproxima da metade da área do Amazonas; as regiões citadas, ou sejam, a do Juruá, do Madeira e do Rio Negro, segundo as estimativas para 1968, continuavam, ainda, pouco povoadas.

No âmbito municipal o problema se agrava ainda mais; o município de Envira, no Juruá, teria 39 habitantes no quadro urbano! Carauari e Juruá teriam respectivamente 0,36 e 0,35 hab./km<sup>2</sup>. Fora dessa região, a do Madeira, Nôvo-Aripuanã e Borba, possuiriam 0,12 e 0,22 hab/km<sup>2</sup>, respectivamente, enquanto que na região do rio Negro, os quatro municípios que nela existem, possuiriam, segundo as estimativas para 1968, as seguintes densidades demográficas: Airão, 0,10; Barcelos, 0,10; Ilha Grande, 0,06; e, Uaupés, 0,16. Sendo a área da região do rio Negro igual a 337.398 km<sup>2</sup>, fácil é imaginar a rarefação demográfica existente no noroeste do Estado do Amazonas.

Nesse quadro, são verdadeiramente excepcionais os casos de Anori, Bôca do Acre e Benjamin Constant; o primeiro, situado junto ao grande rio e via de circulação regional, deveria estar noutra região e não na do Solimões-Tefé. Sua densidade (4,73) pode ser explicada pela área limitada que possui (2.385 km<sup>2</sup>) já que sua população não chega a 10.000 habitantes. O município de Bôca do Acre, ao contrário, com seus 21.301 km<sup>2</sup> de superfície, pode ser em termos amazônicos considerado um pequeno município; mas, domina — pela sua posição geográfica — a entrada principal do Acre, pois controla a confluência do rio homônimo com o Purus e o Yaco, sendo ponto terminal de linha regular da Empresa de Navegação na Amazônia (ENASA). Benjamin Constant, município de fronteira, localizado na região do Solimões-Javari, tem tido seu desenvolvimento demográfico acelerado graças sobretudo a essa posição que desfruta, o que explica sua pequena área (4.382 km<sup>2</sup>) e a densidade 3,12, ao mesmo tempo, como causa e efeito de circunstâncias especiais.

As estimativas para 1968, apontam a região do Médio-Amazonas como uma área promissora; seus 500.000 habitantes correspondem a mais da metade da população do Amazonas e a densidade demográfica nela encontrada é quatro vezes maior do que a média do Estado.

Todavia, convém não esquecer que dentro dela se acha o município de Manaus que, por si só, possui cerca de 50% do efetivo humano da região em aprêço; assim sendo, restam aproximadamente 270.000 para serem distribuídos por 200.000 km<sup>2</sup>, caindo bastante a expressão demográfica da região, se fizermos a abstração pura e simples da capital e seu município, sem as demais implicações que tal exclusão ocasionaria para a região em que se acha a grande cidade amazonense.

Porém, levando em conta os dados da estimativa de 1968, vê-se que, dos 14 municípios integrantes da região, quatro não atingiam o índice 1 hab/km<sup>2</sup>, quatro não chegavam a 2 hab/km<sup>2</sup> e apenas outros quatro, além do da capital, superavam o índice 5 hab/km<sup>2</sup>. Qual o significado real desses índices demográficos?

A resposta a esta pergunta só poderá ser dada após um exame da situação existente na região Médio-Amazonas, segundo as estimativas feitas para 1968.

*Região do Médio-Amazonas — Estimativa populacional — Ano de 1968*

Municípios	área (km <sup>2</sup> )	População			dens. (hab/km <sup>2</sup> )
		urbana	rural	total	
Autazes .....	5.477	2.884	16.803	19.687	6,83
Barreirinha .....	7.678	2.101	12.310	14.411	1,88
Careiro .....	8.489	309	45.122	45.431	5,35
Itacoatiara .....	6.727	13.657	21.355	35.012	5,20
Itapiranga .....	13.303	735	2.288	3.023	0,23
Manacapuru .....	48.419	7.674	49.301	56.975	1,18
Manaus .....	14.150	232.998	4.319	237.317	16,77
Maués .....	37.980	6.253	20.701	26.954	0,71
Nhamundá .....	11.374	414	13.393	13.807	1,21
Nova Olinda do Norte	9.105	4.092	7.884	11.976	1,32
Parintins .....	4.410	13.658	23.947	37.605	8,53
Silves .....	6.791	784	3.658	4.442	0,65
Urucará .....	38.751	1.863	5.110	6.973	0,18
Urucurituba .....	3.256	789	11.515	12.304	3,78
TOTAL .....	215.910	288.211	237.706	525.917	2,44

As estimativas para 1968 são explicáveis quando se examina o quadro anterior; em primeiro lugar, os efetivos demográficos municipais são muito reduzidos, pois se não levarmos em consideração a população manauara, o total da região será desfalcado sensivelmente, uma vez que os 56.000 habitantes de Manacapuru ocupam o segundo lugar na região; em segundo lugar, os municípios que integram esta região são, em proporções amazônicas, pequenos municípios ou mesmo mini-municípios; em terceiro lugar, as populações urbanas são reduzidas, pois, se excluirmos a de Manaus, somente Itacoatiara e Parantins ultrapassam a casa dos 13.000 habitantes; finalmente, as densidades demográficas encontradas na região, não podendo ser explicadas pela enormidade dos municípios tão somente, permanecem em estreita dependência com o pequeno contingente populacional que nêles existe. Um exemplo desse fato é a existência de 309 habitantes na zona urbana de Careiro, de 414 na de Nhamundá, de 735 em Itapiranga, de 784 em Silves e de 789 em Urucurituba. São centros demográficos inexpressivos; as populações desses municípios são, via de regra, também diminutas, como é o caso de Silves e Itapiranga, ou ligeiramente superior a 13.500 pessoas, como é o caso de Nhamundá; somente, a população do Careiro, pela posição geográfica que este município da várzea possui, é que ultrapassaria a casa dos 45.000 habitantes.

As previsões para o ano de 1988, feitas à base dos mesmos índices de crescimento demográfico, não são também muito auspiciosas, muito embora a população do Estado esteja prevista para alcançar 1.841.407 habitantes e ultrapassar, dessa forma, a "barreira" do 1 hab./km<sup>2</sup>. Mesmo assim, em tôdas as regiões do Estado, a densidade igual a unidade não será atingida, a não ser na do Médio-Amazonas, ou seja, naquela em que se acha situada presentemente, a cidade de Manaus.

Eis os resultados previsíveis:

*População prevista para o Estado do Amazonas — 1988*

<i>Regiões</i>	<i>População urbana</i>	<i>População rural</i>	<i>População total</i>	<i>hab/km<sup>2</sup></i>
Solimões-Javari .....	19.248	98.316	117.564	0,55
Juruá .....	13.156	93.395	106.551	0,80
Purus .....	16.871	96.219	113.090	0,51
Madeira .....	11.431	76.514	87.945	0,38
Rio Negro .....	14.969	109.697	124.666	0,37
Solimões-Tefé .....	41.793	102.385	144.178	0,70
Médio-Amazonas .....	628.808	518.605	1.147.413	5,31
ESTADO	746.276	1.095.131	1.841.407	1,18

Como se pode notar, a situação prevista para 1988 dará ao Amazonas característicos demográficos que não serão, substancialmente, diferentes daqueles existentes nesta década; ao contrário, certas tendências que se pronunciam no momento foram realçadas ou alicerçadas na projeção do ano 1988.

É o caso da região Médio-Amazonas, que deverá conter cerca de 2/3 da população do Estado e que, ao mesmo tempo, terá 100.000 habitantes a mais na zona urbana em relação a zona rural, o que se explica pela presença da capital. Esse fato deve ser, antes de se constituir em razão de orgulho, um sério motivo para preocupações de caráter político-administrativo; em outras palavras, êle deve se constituir em um índice importante, capaz por si só de polarizar as atenções daqueles que se dedicam ao planejamento regional no Amazonas.

Por outro lado, Juruá, Madeira e Rio Negro continuarão a ser aquelas regiões vazias, com densidades demográficas iguais a 0,80 0,51 e 0,37 hab./km<sup>2</sup>, respectivamente, em situação não muito diversa da ocupada até agora.

O estudo da repartição da população pelos municípios do Estado do Amazonas, segundo as previsões para o ano de 1988 nos mostra o mesmo fato; Envira terá então 66 habitantes em sua sede; Jutai, 134; Japurá, 205; Tapauá, 653; Juruá, 497; Careiro, 674; Nhamundá, 904; e, Airão, 984. Isto no fim dêste século! Apenas nos municípios de Benjamin Constant (5,28),

Eirunepé (1,15), Envira (1,20), Bôca do Acre (1,63) e Anori (8,01), além de outros situados na região do Médio-Amazonas, é que a densidade de 1 hab./km<sup>2</sup> será ultrapassada.

A constatação desse fato é de suma importância para a conquista e povoamento da região amazônica em geral e para o Estado do Amazonas em particular; o extremo-oeste do Estado, seu extremo-norte, todo o noroeste, sua porção sul e sudoeste, estarão, pelas previsões feitas, ainda por merecer a atenção de uma ação efetiva de colonização.

Somente a região do Médio-Amazonas é que apresentará, confirmadas as previsões, um contingente humano maior, embora desequilibradamente distribuído; nela, apenas dois municípios não terão alcançado a casa da unidade em seus índices demográficos de densidade: Itapiranga e Urucará. Três outros, além do de Manaus, ultrapassarão a casa dos 10 habitantes por km<sup>2</sup>: Careiro (11,68), Itacoatiara (11,36) e Parintins (18,60). A região e, dentro dela, o município da capital do Estado, passará a representar poderoso peso no equilíbrio demográfico do Amazonas; não seria o caso de se perguntar até quando esse equilíbrio será mantido?

Parece-nos evidente que o rompimento de um tal equilíbrio deverá ter efeitos danosos sobre a economia do Estado; no município de Manaus, 98% de sua população estará no quadro urbano e necessitará de produtos agrícolas regionais. Daí, a importância dos quadros regionais de população, especialmente do referente à população rural, eminentemente ligada à produção agro-pastoril. Uma análise dessa situação é possível, com os dados seguintes:

*Região do Médio-Amazonas — População prevista para 1988*

<i>Municípios</i>	<i>População urbana</i>	<i>População rural</i>	<i>População total</i>	<i>Hab./km<sup>2</sup></i>
Autazes .....	6.295	36.657	42.952	7,84
Barreirinha .....	4.584	26.856	31.440	4,09
Careiro .....	674	98.444	99.118	11,68
Itacoatiara .....	29.795	46.591	76.386	11,36
Itapiranga .....	1.604	4.992	6.596	0,50
Manacapuru .....	16.746	107.559	124.305	2,57
Manaus .....	508.339	9.423	517.762	36,59
Maués .....	13.644	45.166	58.810	1,55
Nhamundá .....	904	29.219	30.123	2,65
Nova Olinda no Norte	8.928	17.201	26.129	2,87
Parintins .....	29.798	52.246	82.044	18,60
Silves .....	1.711	7.979	9.690	1,43
Urucará .....	4.065	11.149	15.214	0,39
Urucurituba .....	1.721	25.123	26.844	8,24
TOTAL .....	628.808	518.605	1.147.413	5,31

Como se verifica, a região do Médio-Amazonas deverá tornar-se uma importante área com considerável expressão demográfica, apesar dos dois municípios pouco representativos nesse particular (Itapiranga e Urucará). De Manacapuru à fronteira com o Estado do Pará, ao longo da calha do rio Amazonas, se concentrará a maior parte dessa população rural, que pela previsão (excluída a população rural de Manaus) deverá corresponder a cerca de 500.000 habitantes. Esses habitantes, deverão estar produzindo para si e para os outros 500.000 que deverão constituir o quadro urbano de Manaus; as facilidades de comunicação fluvial e rodoviária (até 1988 bem mais desenvolvida, por certo) justificarão este fato.

Mas, nem todos os habitantes estarão em condições de produzir; há que levar em consideração, apenas a população ativa, muito menor por certo, ainda mais porque a população do Amazonas é, caracteristicamente, uma população jovem. O problema, portanto, se agravará.

Os pequenos centros urbanos poderão ter alguma expressão, alguma função diversa daquela que possuem na atualidade? Como coordenar o desenvolvimento demográfico dessa região para evitar uma macrocefalia em relação ao resto do Estado do Amazonas?

Por outro lado, trata-se de uma população que continuará sendo eminentemente rural; basta excluir Manaus da relação dos municípios da região para se ver o resultado. Como conservar o equilíbrio e evitar uma demasiada sobrecarga demográfica, capaz de arruinar o desenvolvimento harmônico regional?

O problema não é, evidentemente, um problema matemático; a sobrecarga não é um produto da relação entre população e espaço, pois se este é amplo em demasia, aquela, pela sua pouca expressão quantitativa, pode dar a impressão de poder ser consideravelmente aumentada. A questão é de saber estudar, propor soluções e executar uma sábia política de regionalização do espaço, moldada na experiência amazônica e entrelaçada a um plano global de utilização dos recursos naturais e humanos da região, pois, como se viu, não é possível esperar pacientemente o evoluir de uma população, cuja vitalidade é comprometida pela pouca expressão numérica do contingente demográfico existente no Estado, no presente momento. Isto só será possível com a pronta intervenção do homem, através de seus órgãos de execução, ou seja, dos diferentes setores da máquina administrativa do Governo do Estado e, quiçá, da Nação.

*Algumas diretrizes que o Governo do Estado está impondo ao Amazonas.* — Em poucos estados do Brasil se assiste o que ocorre no Amazonas; desde 1964, primeiramente no governo do Prof. Dr. Arthur César Ferreira Reis e depois, no do Dr. Danilo Duarte de Mattos Areosa, o Governo do Estado tem trabalhado seriamente no sentido de dotar o Amazonas da necessária infra-estrutura para seu desenvolvimento.

O atual Plano Quinquenal do Governo do Estado do Amazonas previu a criação, em 14 municípios, de bases para o desenvolvimento regional e sub-regional; os municípios escolhidos passaram a servir de pontos de apoio para uma verdadeira política de ocupação efetiva do território amazonense, uma vez que se acham distribuídos pelas sete regiões do Estado.

Através de um critério seletivo, foram apontados os seguintes municípios: Parintins, Itacoatiara e Maués, na região do Médio-Amazonas; Uaupés, na região do rio Negro; Coari, Manacapuru e Tefé, na região Solimões-Tefé; Bôca do Acre e Lábrea, na região do rio Purus; Eirunepé, na região do rio Juruá; Benjamin Constant e Fonte Boa, na região do Solimões-Javari; e, Manicoré e Humaitá, na região do rio Madeira.

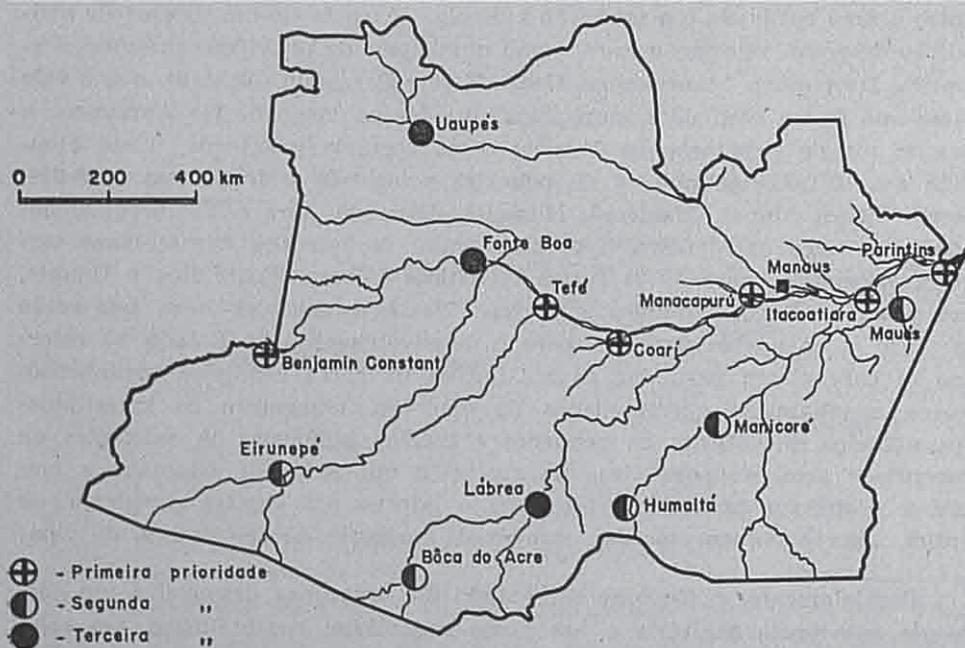
Mesmo assim, prevendo-se encontrar para cada um desses municípios condições demográficas e econômicas que justificassem a implantação de um verdadeiro sistema de desenvolvimento integrado, houve necessidade de ser previsto um plano prioritário, no qual se levou em conta a população (total, rural e urbana — ano de 1966), o grau de urbanização, a população bovina, a produção agrícola e extrativa (valor) e a relação entre a área cultivada e a produção agrícola. Através de um sistema de atribuição de pesos, selecionaram-se, como municípios de prioridade primária, Parintins, Itacoatiara, Manacapuru, Coari, Tefé e Benjamin Constant, o que vale dizer que foram escolhidos municípios situados ao longo do rio Amazonas, a grande via de circulação do Estado; como segunda prioridade, a ser atendida em 1970-71 (já que os de primeira prioridade o foram em 1968-69), foram eleitos Maués, Manicoré, Humaitá, Bôca do Acre e Eirunepé, alcançando os vales do Madeira, e os altos vales do Purus e Juruá; como terceira prioridade (para 1972) foram escolhidos Lábrea, Fonte Boa e Uaupés, nos vales do Purus, Solimões e Negro. Nesses municípios-bases, que estão servindo como pontos de apoio para o desenvolvimento do Estado, os esforços se concentram para dar às populações melhores condições sócio-econômicas, ampliam as oportunidades de emprego, asseguram os investimentos privados, incentivam as pequenas e médias indústrias já existentes ou procura-se atraí-las para eles, desenvolve-se um plano de educação e amplia-se o sistema de comunicação entre o interior e a capital, procurando-se enfim, fixar o homem ao solo, através da melhoria do seu padrão de vida.

Paralelamente, o Governo do Estado do Amazonas desenvolve um plano de assistência sanitária e um plano rodoviário; neste último, em colaboração com o Ministério dos Transportes, vão-se abrindo estradas, entre as quais, a rodovia que ligará Manaus a Pôrto Velho (Rondônia), através de Careiro e Humaitá, e a que de Manaus irá a Caracará e Boa Vista (Roraima).

Sente-se, todavia, a não existência de um efetivo programa de colonização; das colônias existentes (4, no município de Manaus, e 1, no de Itacoatiara) encontramos as seguintes informações:

Colonos ativos .....	595 pessoas
Área cultivada .....	2.009 hectares
Tratores .....	10
Implementos a tração mecânica ..	9
Implementos a tração animal ....	4
Enxadas .....	1.312
Enxadões .....	524
Terçados .....	1.406
Foices .....	487
Machados .....	1.245
Picaretas .....	161
Serras .....	305
Plantadeiras .....	165

PLANO QUINQUENAL DO GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS (1968/72)



Vê-se que poucos são os colonos e que o equipamento é muito pobre; produzem pouco, pois carecem de orientação, já que os quadros de pessoal técnico são reduzidos (26 agrônomos, 3 engenheiros florestais, 4 veteri-

nários, 3 naturalistas, 35 técnicos agrícolas) e se encontram concentrados em Manaus (47 elementos, enquanto que no interior estão somente 24).

Parece-nos claro, portanto, que é necessário pôr em prática um planejamento de colonização global do Estado; os números são crus e revelam uma realidade entristecedora. Por outro lado, carece o Amazonas de mão-de-obra qualificada, para todos os setores de sua vida econômica (primário, secundário e terciário); então, não seria o caso de se procurar saber onde é possível encontrar esta mão-de-obra? No Brasil ou fora dêle?

Eis aí uma questão apaixonante e ao mesmo tempo vital para o Amazonas. Parece não ser possível mais se acreditar no desenvolvimento do Amazonas baseado tão somente em seus próprios recursos humanos; já demonstramos, linhas atrás, as limitadas possibilidades do aumento demográfico do Estado. Resta recorrer à imigração, como única solução para o problema: que imigrantes? Brasileiros? Estrangeiros?

A história da colonização do Amazonas, do Pará e do Acre está plena de casos de fracassos de colonos europeus na Amazônia; da mesma maneira, muitos núcleos coloniais constituídos por brasileiros, em sua quase totalidade nordestinos, redundaram em completo malôgro. Somos de opinião, todavia, que o fracasso surgido pode ser explicado pela desorganização de quase tôdas as colônias, pela falta de orientação aos imigrantes, pela ausência de condições elementares para o sucesso do empreendimento colonizador.

Não haverá necessidade, evidentemente, de se organizarem colônias ou núcleos coloniais com a presença de uma única nacionalidade de pessoas; deve-se tentar a organização de empreendimentos mistos, tal como se fez em São Paulo e Paraná. Mas, como estamos no Amazonas, é preciso saber receber os imigrantes e, sobretudo, orientá-los, para que não sofram as decepções que o ambiente poderá sugerir aos recém-vindos; será preciso dar aos colonos um mínimo de condições humanas, não de mera sobrevivência, mas um mínimo capaz de poder ser capitalizado em termos de progresso.

No momento atual, a população rural do Amazonas vive dispersa, mas numa dispersão ordenada pelos rios; a intervalos não regulares, concentra-se a população nos lugares, ou seja, nas confluências, em tôrno das vendas, nos barracões dos seringais, perdidos uns dos outros, separados por dezenas de quilômetros. Tal maneira de distribuição da população rural dificulta, ou mesmo impede, a execução de qualquer política que vise o reerguimento sócio-econômico da população do interior do Estado.

É precisamente nesse ponto que o Governo pode e deve agir; a criação de pólos de desenvolvimento nos quais a população concentrada poderá ser assistida permanentemente, e não esporadicamente, é altamente desejável. A ordem no Amazonas é reunir e não dispersar, para que seja possível dar à população escola, saúde, incentivos à produção, garantia de transportes e mercados consumidores.

Pelo que conhecemos da Amazônia, achamos que o Governo do Amazonas está agindo acertadamente com o estabelecimento dos já citados 14 mu-

nicípios-bases, que servirão de ponto de apoio para o programa de desenvolvimento do Estado. Somos de opinião que êsses 14 municípios deveriam receber tôda a assistência possível, inclusive no setor de colonização, para que se transformassem em elementos básicos de sustentação da integração estadual.

Nêles, o Govêrno do Amazonas poderia investir (e facilitar e atrair os investimentos particulares) para criar a infra-estrutura que a população justamente reclama; as iniciativas dêsse gênero que já foram realizadas na Amazônia alcançaram o mais amplo sucesso, como é o caso da ICOMI no Amapá ou o da colônia de Tomé-Açu, no Pará. O minério de manganês e a pimenta-do-reino foram, respectivamente, as bases geo-econômicas dos referidos empreendimentos; a aplicação de avançada tecnologia, no primeiro dêles, e a presença do colono japonês, no segundo, elucidam bem a questão. Nos dois casos, tanto na Serra do Navio como em Tomé-Açu, se vive com um confôrto pouco conhecido na maior parte da Amazônia; nêles, existe assistência à população, através da presença de escolas, hospitais, clubes, etc. e não está ausente a direção eficaz dos empreendimentos. Programas semelhantes podem ser realizados e com sucesso, nos municípios de Parintins, Itacoatiara, Manacapuru, Coari, Tefé e Benjamin Constant, alvos prioritários do planejamento governamental; se, em cada um dêsses municípios, o govêrno estadual conseguir criar um núcleo demográfico, expressivamente ativo e com amplas possibilidades de desenvolvimento, terá realizado um importante passo para a definitiva integração da Amazônia ao Brasil.

Não seria o caso de se perguntar, finalmente, se as experiências de colonização — dos núcleos brasileiros aos colonatos dos mais diversos tipos existentes na África Tropical — poderiam ser efetuadas no Amazonas, com a orientação necessária, que as condições físicas e humanas da grande unidade da Federação naturalmente exigem? Em outras palavras, os municípios-bases, futuros pólos de desenvolvimento, não deveriam evoluir também, no sentido de fixar o homem ao solo do Amazonas com o emprêgo de um processo de colonização racional paralelamente desenvolvido?

#### BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

Comissão de Desenvolvimento Econômico do Estado do Amazonas (CODEAMA).

— «Plano quinquenal do Govêrno do Estado do Amazonas», 308 pp., mimeografada, Manaus, 1968.

— «Estatísticas demográficas do Estado do Amazonas», 62 pp., mimeografada, Manaus, 1968.

— «Pesquisa sócio-econômica: Benjamin Constant e Elrunepé», 50 pp., mimeografada, Manaus, 1968.

— «Pesquisa sócio-econômica: Bôca do Acre, Humaitá e Manicoré», 96 pp., mimeografada, Manaus, 1968.

- «Pesquisa sócio-econômica: Coari e Tefé», 72 pp., mimeografada, Manaus, 1968.
- «Pesquisa sócio-econômica: Itacoatiara e Parintins», 76 pp., mimeografada, Manaus, 1968.
- Pesquisa sócio-econômica: a Cidade de Manaus, 49 pp., Manaus, 1969.
- BEGUIN, H. — *La mise en valeur agricole lu Sud-Est du Kasai*, «Essai de géographie agricole et de géographie agraire et ses possibilités d'applications pratiques», 289 pp., ilustrações, Ed. Institut National Pour L'Etude Agronomique du Congo, Bruxellas, 1960.
- BENCHIMOL, Samuel — *Estrutura Geo-Social e Econômica da Amazônia*, 2 vols., 686 pp., Ed. do Governo do Estado do Amazonas, Manaus, 1966.
- MELLO, Otaviano — *Topônimos Amazônicos*, 163 pp., Ed. do Governo do Estado do Amazonas, Manaus, 1967.
- PENTEADO, Antonio Rocha — «A agricultura itinerante e o problema da fixação do homem ao solo no Congo Belga», em *Boletim Paulista de Geografia*, n.º 33, São Paulo, outubro, 1959.
- PENTEADO, Antonio Rocha — «O colonato da Cela (Angola): um exemplo de colonização branca na África Negra», em *Anuário da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras «Sedes Sapientiae»*, São Paulo, 1960.
- PENTEADO, Antonio Rocha — «Aspectos geográficos, paisagens e problemas de Angola», em *Boletim Paulista de Geografia* n.º 36, São Paulo, outubro, 1960.
- PENTEADO, Antonio Rocha — *Problemas de colonização e de uso da terra na Região Bragantina do Estado do Pará*, Col. Amazônica, Série José Veríssimo, 2 vols., 448 pp., Belém, 1967.
- PENTEADO, Antonio Rocha — *O Uso da Terra na Região Bragantina — Pará*, Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1967.
- PENTEADO, Antonio Rocha — *Atlas geo-econômico do Estado do Amazonas*, 375 pp., Ed. do Governo do Estado do Amazonas, Manaus, 1969.
- PENTEADO, Antonio Rocha — *O uso da terra na Região Bragantina-Pará*, 111 pp., Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1967.
- PENTEADO, Antonio Rocha — «Condições geo-econômicas da Amazônia Brasileira», em *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, n.º 6, pp. 36-51, São Paulo, 1969.
- VENNETIER, Pierre — *Les hommes et leurs activités dans le Nord du Congo-Brazzaville*, 296 pp., O.R.S.T.O.M., Paris, 1965.